

SEÇÃO ESPECIAL: CENTENÁRIO DE PAULO FREIRE

Relação opressor-oprimido na contemporaneidade

Vanessa Carneiro Leite ¹

RESUMO

A pandemia e o fortalecimento da relação opressor-oprimido vêm caracterizando tempos difíceis no Brasil, marcados por momentos de avanço do conservadorismo e do questionamento de valores sociais e educacionais. Neste ensaio, revisitamos as obras freirianas para dialogar sobre o oprimido da contemporaneidade e como a práxis libertadora na docência pode superar a opressão, de forma a restaurar a humanidade. A pesquisa privilegia a abordagem de natureza qualitativa e elege, como procedimento investigativo, o estudo bibliográfico. Na análise, a educação problematizadora pode ser o caminho para a promoção de debates sobre problemas sociais, econômicos, políticos e culturais, levando à verdadeira participação e formação transformadora do educando. A perspectiva teórico-metodológica freiriana torna-se de extrema relevância no atual contexto político, por possibilitar ao oprimido condições de identificar a alienação das massas populares pelas narrativas, pelos meios de comunicação e pela sua relação com o mundo.

Palavras-chave: Paulo Freire. Práxis. Educação problematizadora.

Como citar este documento – ABNT

LEITE, Vanessa Carneiro. Relação opressor-oprimido na contemporaneidade. *Revista Docência do Ensino Superior*, Belo Horizonte, v. 11, e035433, p. 1-13, 2021. DOI: <https://doi.org/10.35699/2237-5864.2021.35433>.

Recebido em: 01/08/2021

Aprovado em: 30/09/2021

Publicado em: 19/11/2021

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), Campus Anápolis, Anápolis, GO, Brasil. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-6568-2522>. E-mail: vanessa.leite@ifg.edu.br

Relación opresor-oprimido en la contemporaneidad

RESUMEN

La pandemia y el fortalecimiento de la relación opresor-oprimido han caracterizado tiempos difíciles en Brasil, marcados por momentos del avance conservador y el cuestionamiento de valores sociales y educacionales. En este ensayo, revisamos las obras de Freire para dialogar sobre el oprimido de la contemporaneidad y como la praxis libertadora en la enseñanza puede superar la opresión y restaurar la humanidad. La investigación privilegia enfoque de naturaleza cualitativa y elige, como procedimiento investigativo, el estudio bibliográfico. En el análisis, la educación problematizadora puede ser el camino para la promoción de las experiencias de debate sobre problemas sociales, económicos, políticos y culturales, llevando a la verdadera participación y formación transformadora del educando. La perspectiva teórico-metológica de Freire se vuelve de extrema relevancia en el actual contexto político, por posibilitar al oprimido condiciones de identificar la alienación de las masas populares por las narrativas, por los medios de comunicación y en su relación con el mundo.

Palabras clave: Paulo Freire. Praxis. Educación problematizadora.

Opressor-oppressed relationship in contemporaneity

ABSTRACT

The pandemic and the strengthening of oppressor-oppressed relationship in contemporaneity have characterized difficult times in Brazil, marked by moments of the conservative's ideals advancement, and the questioning of social and educational values. In this essay, we revisit Freire's works to dialogue about the oppressed ones in contemporaneity, and how the freeing praxis in teaching can overcome oppression, restoring humanity. This research utilizes the approach of qualitative nature and chooses as an investigative process the bibliographic study. In the analysis, the problematizing education can be the way to promote debates about social, economical, political, and cultural problems, leading to the true participation and the transforming formation of students. Freire's theoretical-methodological perspective becomes highly relevant in the current political context, which can provide conditions to the oppressed to identify the alienation of the popular masses by narratives, by means of communication and in its relation to the world.

Keywords: Paulo Freire. Praxis. Problematizing education.

INTRODUÇÃO*

Em um contexto típico para sua época, Paulo Freire encontrava-se refugiado no Chile em 1968, tecendo a *Pedagogia do Oprimido*, terceira obra mais citada no campo das Ciências Sociais segundo o *Google Scholar* (KOHAN, 2019). Com 53 anos de criação, a obra traz a originalidade do pensamento freiriano e a mensagem principal frente às dificuldades e desafios atuais referentes à educação e à sociedade.

Paulo Freire conseguiu algo jamais visto na educação: divulgar um pensamento forte e esperançoso para toda a sociedade, fundamentado na humanização e no caminho para se chegar até o ensino. Dentro da escola, da família ou em qualquer posição que se encontre, esse pensamento lança sobre todos a responsabilidade de conquistar o seu espaço como sujeitos na construção de uma sociedade melhor e mais justa.

Agora, vale ressaltar que nem todos possuem a consciência de que essa posição é, por direito, de cada um, principalmente daqueles que sucumbiram à sua própria independência política e social. Nesse contexto, cabe aos professores, aos gestores pedagógicos, à família, ao poder público e a toda a sociedade dar ao educando a oportunidade que Paulo Freire tanto clama em suas obras: oportunidade de pertencer ao sistema e, tendo a certeza disso, lutar para a própria ascensão e capacidade de tomada de decisões. É evidente que o papel do professor é fundamental, mas é preciso contar com a participação da família, do poder público e da sociedade para que as mudanças sejam profundas e se iniciem nos currículos, que estão engessados e descontextualizados.

Nesse sentido, a provocação para dialogar sobre o oprimido da contemporaneidade assume a responsabilidade de estar com Paulo Freire e, conjuntamente, lutar para a construção da consciência crítica de nossos educandos. Diante de um contexto de incertezas políticas, econômicas e sociais, o personagem principal deste estudo, ou seja, o oprimido contemporâneo, vivencia a construção de mitos e questionamentos sobre os direitos de cidadania.

Essa reflexão sugere algumas questões que serão trabalhadas ao longo do artigo: quem são os oprimidos segundo a perspectiva freiriana? Como eles se caracterizam na atualidade? Quais fatores contribuem para o processo de desumanização? E, para completar, como a relação opressor-oprimido pode ser superada, a começar pelo contexto pedagógico?

OPRIMIDOS PARA PAULO FREIRE

No começo, eram apenas palavras, trazidas pelos estudantes de acordo com sua importância e significados particulares, retiradas do seu “universo vocabular”. Palavras extraídas de situações existenciais, a exemplo: favela, comida, trabalho, governo, enxada, tijolo, riqueza e

outras. Posteriormente, Paulo Freire deu vida a essas palavras, que diziam respeito ao trabalho, à dor e à fome, enriquecidas pelas experiências e subjetividades do educando. Os vocábulos, então, apresentavam significação sociológica e política, levando em consideração a experiência vivida dos educandos, o que se tornou essencial para compor um tema gerador que passou a ser o estopim de um pensamento libertador e inspirador.

Freire (1983) definiu-as como sendo “palavras geradoras”, isto é, palavras analisadas criticamente pelo professor para estimular a discussão e a pesquisa contextualizada, explorando aspectos sociais e culturais ligados ao universo do educando. As palavras geradoras são importantes para o processo de alfabetização e libertação, oportunizando ao estudante “reexistenciar” as palavras de seu universo e lutar pela sua posição de “ser mais” na sociedade.

O método de conscientização, ou simplesmente método Paulo Freire, iniciou-se com o propósito de alcançar a práxis do sujeito, ou seja, a reflexão contínua e crítica da ação, da sua vivência, da forma como percebe e se estabelece no mundo. Contrapondo a este sujeito, surge o oprimido, representado por todos aqueles que, segundo Freire (1987), têm sua vocação negada pela injustiça, pela opressão e pela violência opressora.

O oprimido para Freire (1987) surge pelo processo de desumanização, iniciado tanto na escola quanto na família e no contexto político e econômico de uma nação. Nesse processo, é instaurada a vocação de “ser menos”, ou seja, as possibilidades de desenvolver a consciência crítica e decidir por si mesmo são negadas. Essa vocação não é um destino dado, mas sim imposto pela figura do opressor e pelas situações de exclusão, principalmente no âmbito da educação. Na sua concepção, o oprimido não possui uma visão clara de sua condição, e, ao mesmo tempo, possui uma identificação com o opressor, assumindo uma postura chamada de “aderência” àquele que o oprime. Em outras palavras, o oprimido compreende que a posição e as ações realizadas pelo opressor são naturais, e, contraditoriamente, o oprimido, imerso neste processo, trabalha para ser opressor de outros, visto que ele não busca a libertação desse cenário.

Explica Freire (2011) que o ideal do oprimido é ser “um homem novo”, não aquele que supera a condição de opressão e constrói a consciência de si mesmo, bem como a consciência de classe oprimida, mas aquele que almeja ocupar o lugar do opressor. Acomodados e adaptados, “imersos” no sistema dominante, os oprimidos temem ser e temem a liberdade, pois lutar por ela significa uma ameaça, um conflito íntimo, uma vez que o sentimento opressor já se encontra introjetado nele. A alienação é uma característica marcante na vida do oprimido, que passa a ser facilmente manipulado por educadores, lideranças políticas ou religiosas e, principalmente, pelos meios de comunicação.

No campo educacional, a pedagogia do oprimido, intitulada por Paulo Freire como sendo a pedagogia do homem, busca restaurar a intersubjetividade, colocando-se como um instrumento de humanização. A pedagogia vivenciada pelos oprimidos deve desvelar o mundo da opressão e fazer com que eles se comprometam com a práxis, levando-os à “ação e reflexão do homem sobre o mundo para transformá-lo” (FREIRE, 2011, p. 52). Num segundo momento, em que a realidade desvelada e opressora encontra-se transformada, a pedagogia do oprimido passa a ser a pedagogia do homem, num processo permanente de libertação e buscas.

Neste contexto, seja dentro da educação ou fora dela, existe uma heterogeneidade de oprimidos, visto que são diversas as formas de opressão, marcadas por invisibilidade, discriminação e exclusão social. As formas de opressão são identificadas nas classes sociais, incorporadas no “homem livre e no escravo” (ZITKOSKI, 2010, p. 294). Ambas apresentam algo em comum: a desumanização. Tanto o opressor quanto o oprimido encontram-se na mesma posição de “ser menos”. O opressor desumaniza-se no ato de opressão, e o oprimido, além de ser desumanizado, internaliza a imagem do opressor, ganhando dupla identidade e, conseqüentemente, tem sua vocação de “ser mais” frustrada. Portanto, a superação dessa condição acontecerá quando o oprimido assumir a sua práxis, e, somente assim, ambos serão liberados desta situação desumanizadora.

Para completar esse perfil, analisaremos o oprimido que se apresenta nos dias atuais; esse olhar pode nos mostrar como as ações sociais, educacionais e políticas contribuem (ou não) para o processo de humanização e libertação do educando.

OPRIMIDOS DA CONTEMPORANEIDADE

A política educacional compreendida entre 2003 a 2016 relativa ao ensino superior apresentava características similares a outros períodos: favorecimento da privatização por meio de programas, como o FIES e o PROUNI, assim como a conversão de dívidas de instituições privadas em bolsas de estudo. Além disso, houve a adoção de políticas de avaliação em larga escala nas escolas (como IDEB e Prova Brasil) para o diagnóstico de uma qualidade limitada, cujo efeito tem sido responsabilizar as escolas e os professores pelo desempenho dos alunos, eximindo a responsabilidade dos governantes pela qualidade do ensino (DAVIES, 2016). A partir de 2016, observamos a tentativa de aplicar uma política educacional às avessas da que se praticava nos anos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Neste contexto, Paulo Freire tornou-se o maior antagonista em questões que envolvem o campo educacional (KOHAN, 2019), como mencionado na Proposta de Plano do Governo do atual presidente Bolsonaro:

Além de mudar o método de gestão, na educação também precisamos revisar e modernizar o conteúdo. Isso inclui a alfabetização, expurgando a

ideologia de Paulo Freire, mudando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), impedindo a aprovação automática e a própria questão de disciplina dentro das escolas. Hoje, não raro, professores são agredidos, física ou moralmente, por alunos ou pais dentro das escolas (BOLSONARO, 2018, p. 46).

Na expressão “[...] expurgando a ideologia de Paulo Freire [...]”, a palavra *expurgar*, pouco utilizada atualmente, adquire múltiplos significados: limpar; retirar a sujeira; imundice; libertar daquilo que é prejudicial, imoral (EXPURGAR, 1980). Essa afirmação nos faz questionar: será que o atual presidente acha mesmo que a ideologia freiriana estaria integrada à sociedade? Como pode acreditar que a ideologia freiriana está na escola, nas universidades, nas pessoas? Se estivesse, com certeza não chegaríamos a este estado deplorável de desvalorização da escola, do conhecimento, da vida e das pessoas. Estaríamos com Paulo Freire, com o seu pensamento libertador, humano e orgânico, não submissos a exageros e à ignorância científica que nos fez perder, nos últimos meses, milhares de pessoas para a covid-19. Os trabalhos e as pesquisas realizadas no âmbito acadêmico sobre a teoria freiriana são ferramentas preciosas para o processo de libertação, que nos faz existir, passando para o estado dinâmico que coloca o homem num processo de diálogo eterno com ele mesmo e com o mundo que o cerca, fazendo-o histórico:

Existir é um conceito dinâmico. Implica uma dialogação eterna do homem com o homem. Do homem com seu Criador. É essa dialogação do homem sobre o seu contorno e até sobre os desafios e problemas que o faz histórico (FREIRE, 1983, p. 6).

Paulo Freire foi considerado o patrono da educação brasileira em abril de 2012, pela Lei nº 12.612 (BRASIL, 2012), e os efeitos práticos dessa lei nas escolas ou em programas de ensino não são mensuráveis. Por isso, a problemática educacional vivenciada historicamente, seja em relação à falta de infraestrutura e tecnologia na escola, à falta de formação continuada de professores ou às metodologias de ensino e aprendizagem descontextualizadas, dentre tantos outros fatores que podemos destacar, está fundamentada na relação opressor-oprimido estabelecida em nossa sociedade brasileira.

Consideramos que todos aqueles que se distanciam dos padrões estabelecidos em uma sociedade desigual e hierárquica podem ser considerados oprimidos. Costa, Santos e Vale (2020) classificam os oprimidos de acordo com o contexto social que, de certa forma, favorece a formação ou a permanência da desigualdade social historicamente construída na colonização e na escravidão do Brasil. Nesse contexto de desigualdades, destacamos o oprimido ideológico e cultural, o oprimido acomodado e adaptado e o oprimido construído a partir do ponto de vista econômico.

O oprimido ideológico e cultural configura-se como o produto de uma nação colonizada ou uma comunidade distanciada dos padrões sociais, invisível e sem identidade com o coletivo

social. Nesse grupo, destacam-se os negros, os quilombolas, as mulheres e os indígenas. Vale destacar o que os indígenas vêm passando devido a ações do governo federal: o Projeto de Lei 490/2017 (BRASIL, 2017), em tramitação na Câmara dos Deputados, prevê a revisão do usufruto exclusivo de terras pelos indígenas, ameaçando a sua cultura, seus direitos e sua vida. Essa mudança tem como objetivo aumentar a exploração por mineradoras, madeireiras e pelo agronegócio; tal alteração, realizada pelo Estado, poderá abrir portas para o genocídio novamente. Os indígenas isolados formam comunidades suscetíveis a qualquer tipo de doença, visto que não possuem memória imunológica a determinadas patologias. Além disso, existe a proposta de grupos evangélicos radicais realizarem missões evangélicas para catequizar os indígenas e avançar o projeto de urbanização (ALESSI, 2021).

O oprimido acomodado e adaptado incorpora a consciência do opressor, defende as relações verticalizadas, hierarquizadas e antidialógicas e se mantém acrítico diante dos fatos, adotando apenas as pautas do opressor; aliena-se, passa a ser objeto e não sujeito:

Uma das grandes, se não a maior, tragédia do homem moderno, está em que é hoje dominado pela força dos mitos e comandado pela publicidade organizada, ideológica ou não, e por isso vem renunciando cada vez, sem o saber, à sua capacidade de decidir. Vem sendo expulso da órbita das decisões. As tarefas de seu tempo não são captadas pelo homem simples, mas a ele apresentadas por uma “elite” que as interpreta e lhes entrega em forma de receita, de prescrição a ser seguida. E, quando julga que se salva seguindo as prescrições, afoga-se no anonimato nivelador da massificação, sem esperança e sem fé, domesticado e acomodado: já não é sujeito. Rebaixa-se a puro objeto (FREIRE, 1983, p. 43-44).

Dentro desse grupo, observamos também todos aqueles que apoiaram a campanha publicitária negacionista, divulgada pelo governo federal, “O Brasil não pode parar” (SANCHES; MOISÉS; SOUZA, 2020). Essa campanha consistiu em um discurso capitalista adotado como forma de convencer a população de que “a economia não poderia paralisar-se” frente às estratégias de isolamento social provocadas pela pandemia de covid-19 no mundo. O interesse maior seria manter as atividades no comércio, na agricultura e na indústria, sem se preocupar com o aumento de contaminações ou com as mortes eventualmente acarretadas por essa recomendação antidemocrática, em que a vida não seria priorizada.

A partir de março de 2020, a pandemia de covid-19, no Brasil e no mundo, passou a mudar a vida da população. Nas instâncias municipal, estadual e federal, as recomendações sanitárias foram amplamente divulgadas à população, fazendo parte de um conjunto de orientações de instituições internacionais de saúde, como a Organização Mundial de Saúde (OMS), tendo como objetivo maior proteger a população diante da doença ainda desconhecida e altamente contagiosa (SANCHES; MOISÉS; SOUZA, 2020).

Considerando que a população vem sendo representada pelos trabalhadores – majoritariamente, pretos e pardos –, convém enfatizar que cerca de 54,9% deles representam a força de trabalho brasileira (IBGE, 2019). Sendo assim, a campanha foi endereçada a essa classe, o que, na concepção de Sanches, Moisés e Souza (2020), apresenta um apelo racista aos oprimidos para a retomada do crescimento do mercado econômico interno.

O oprimido do ponto de vista econômico é representado pela massa urbana, trabalhadora e sem terra, constituída pelos operários explorados e marginalizados, pelos desempregados e por aqueles que não possuem poder de compra. A estrutura que se apresenta nos dias atuais na relação opressor-oprimido (empresário-operário) encontra-se consolidada e foi construída para que ela permaneça da forma que está, sem a possibilidade de inversão desse quadro. Na concepção de Paulo Freire, a educação é uma forma de emancipação e libertação, que, segundo Guerrero (2010), se desenvolve dialeticamente, definindo todo o processo educativo como um ato de conhecimento, bem como político, inseparavelmente.

Nesse contexto, a educação assume junto à sociedade tamanha responsabilidade, ao se colocar no campo do conhecimento e da transformação do homem. Ao partir da análise dos interrogantes “que”, “como”, “por que” e “para que ou para quem” aprender (GUERRERO, 2010), concluímos que a educação não é neutra, mas sim intencional, exigindo uma redefinição do papel do educador e do educando na atual sociedade. Por conseguinte, dada a relevância da educação no processo de transformação da realidade e da promoção da consciência crítica, as universidades vêm se tornando alvo de ataques pelo atual governo.

Amaral (2019) menciona em seu estudo algumas das mentiras e meias verdades ditas sobre a educação brasileira, especificamente sobre as universidades federais, desde o ano de 2019 pelo governo Bolsonaro. Inclui-se o Ministério da Educação como fomentador de informações equivocadas e mentirosas disseminadas à população, como por exemplo a elevada aplicação de recursos financeiros na educação (especificamente nas universidades), a inexistência de pesquisa nas universidades, a necessidade de direcionar recursos da educação superior à educação básica, e tantas outras informações contraditórias e falsas. Para completar o processo de desvalorização das universidades, observa-se a aplicação de medidas provisórias que ocasionam cortes de verbas destinadas a todas as universidades, a tentativa de colocar a sociedade contra a educação pela manipulação e produção de *fake news* e a posição reacionária do presidente frente aos protestos de estudantes e professores.

A insatisfação social advinda de todas as situações desencadeadas pelo atual governo, inclusive a desvalorização da educação superior, somente existe porque há um componente real de uma situação de opressão. Se professores e estudantes aderiram aos protestos e às discussões sobre a falta de ética e competência do governo federal, é porque eles

perceberam um caminho legítimo para a defesa de seus direitos, na busca da conscientização de sua classe. No contexto freiriano, a conscientização das massas é uma perigosa estratégia de subversão que deve ser buscada durante todo o processo de conhecimento do educando: “a conscientização das massas, ainda quando não pudesse definir por si própria uma política popular autônoma, aparecia-lhes com todos os sinais de uma perigosa estratégia de subversão” (FREIRE, 1983, p. 11).

Nesse ponto, é preciso compreender que a educação centrada no mundo da consciência interessa apenas ao povo, e não às elites. Assim, justifica-se a tentativa do governo atual de desmoralizar e desmontar as universidades ou qualquer outra estrutura que leve as massas populares à transitividade. A educação passa a ser a alavanca da revolução, da luta por direitos e da compreensão das estruturas sociais como modo de dominação e de violência. O homem transitivo, na concepção de Paulo Freire, aumenta o seu poder de diálogo com o homem e com o seu mundo. Além disso, ele caminha na busca da “transitividade crítica”, promovida pela “educação dialogal e ativa, voltada para a responsabilidade social e política, caracterizada pela profundidade na interpretação dos problemas” que o cerca (FREIRE, 1983, p. 60). A transitividade, segundo Freire (1983), nasce quando somos lançados ao debate e à análise de nossos problemas e dos problemas sociais nos quais somos influenciados ou dos quais participamos.

PAULO FREIRE E A PEDAGOGIA PROBLEMATIZADORA

A pedagogia freiriana afirma que somente a práxis libertadora é capaz de superar a opressão e restaurar a humanidade, tanto do oprimido quanto do opressor. Compreendida enquanto a estreita relação entre a forma de interpretar a realidade e a prática concreta, a práxis torna o oprimido sujeito ativo do processo, levando-o a efetivar ações conscientes e transformadoras. Assumindo uma visão dialética moderna, Paulo Freire supera a separação entre teoria e prática discutida por Aristóteles e passa a trabalhar ambos como conceitos imbricados, como uma unidade dialética (STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2010).

No contexto pedagógico, o educando desenvolve a sua práxis a partir do diálogo problematizador e das possibilidades de dizer a sua palavra como registro do seu entendimento sobre a realidade imediata. O educador consciente do seu compromisso com a práxis libertadora valoriza o ato de conhecer na perspectiva da educação problematizadora. Nesse sentido, a educação problematizadora envolve dois momentos do ciclo gnosiológico: aquele referente ao conhecimento existente que parte do educador (o que possui o saber sistematizado) e aquele referente ao conhecimento novo produzido pelo educando (o que possui o saber de experiência) (LEITE, 2015).

Nessa relação, o “saber de experiência” do educando se interconecta com o conhecimento existente a partir do diálogo mediado pela realidade. Esse processo ocorre somente se

houver abertura por parte do educador, que deve ter humildade, esperança, curiosidade, criatividade e fé no educando, na sua capacidade de buscar, aprender, mudar o mundo e também a si mesmo. Nesse sentido, a motivação em aprender levam-nos ao questionamento exigente e, a partir dessa dinâmica estabelecida, integra-se os educandos numa criação e recriação do conhecimento comumente partilhado, o conhecimento novo. Esse conhecimento surge a partir da prática e da reflexão crítica sobre o saber sistematizado. Freire (1980, p. 28) afirma que, para gerar o conhecimento novo, “é necessário [que], na situação educativa, educador e educando assumam o papel de sujeitos cognoscentes, mediatizados pelo objeto cognoscível que buscam conhecer”.

No ciclo gnosiológico (FIGURA 1), o diálogo e os sujeitos cognoscentes (educador e educando) adquirem papel central para uma educação problematizadora, tornando-se a força que impulsiona o pensar crítico-problematizador em relação à condição humana no mundo. Além disso, tal reflexão implica uma práxis social que nos faz repensar a vida em sociedade, por promover discussões sobre a cultura, a educação e a linguagem que vivenciamos, tornando possível a tomada de ações de forma diferente, de forma que isso transforme o mundo que nos cerca. Para Freire e Shor (1986), o diálogo não representa uma técnica apenas para ser usada quando queremos alguns resultados, ou como uma tática para manipular os alunos. Ao contrário, o diálogo deve ser compreendido como algo que faz parte da própria natureza histórica dos seres humanos e que inclui uma postura necessária à medida que o educando passa a ser criticamente comunicativo.

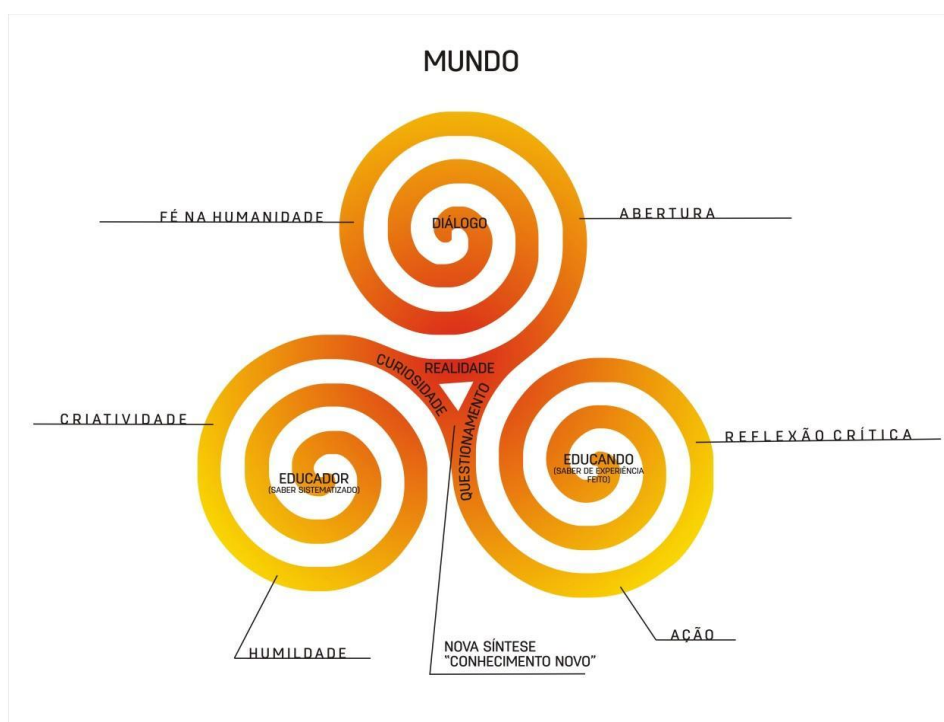


Figura 1 – Esquema do ciclo gnosiológico do conhecimento a partir da educação problematizadora.
Fonte: Leite (2015).

O diálogo é o momento em que o educador (aquele que possui o saber sistematizado) e o educando (aquele que possui os saberes de experiência) se encontram para refletir sobre sua realidade e se lançam na busca de sua vocação ontológica em “ser mais”. O diálogo compreende, ainda, um elemento que aproxima educador e educando a partir da curiosidade e do questionamento exigente diante do objeto a ser estudado e da realidade concreta (LEITE, 2015).

Nesse sentido, é necessário que o educador passe a proporcionar condições que superem essa prática a partir da educação problematizadora, levando o educando às experiências do debate e da análise dos problemas, propiciando condições de verdadeira participação. A educação problematizadora é uma abordagem metodológica que pode ser pensada e trabalhada na formação inicial de professores, em disciplinas específicas da licenciatura, como o estágio supervisionado. Nessa disciplina, a problematização facilitará a construção de saberes teórico-práticos dos futuros docentes dentro da perspectiva da formação crítica. Além disso, o estágio supervisionado permite a aproximação entre a universidade e a escola, configurando um momento de intensa troca e contribuições que caminham para a práxis pedagógica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O antagonismo opressor-oprimido denuncia uma relação de dominação, condicionada a uma vocação de “ser menos”, tanto para o opressor quanto para o oprimido. A condição de desumanização acontece para ambos, e, nesse ponto, a superação dessa contradição pode ser alcançada a partir da pedagogia freiriana, buscando trabalhar a educação problematizadora na formação inicial de professores.

Convém ressaltar também que, nesse contexto, a problematização de temas geradores que conduzam à análise de problemas sociais favorece a formação do homem transitivo e, conseqüentemente, caminha para a formação da consciência crítica. O diálogo problematizador de temas como degradação ambiental, exploração dos recursos naturais pela indústria, consumismo desenfreado, preconceito, tortura e perseguição (ou maus-tratos), motivada por gênero, etnia, religião ou orientação sexual, é uma possibilidade de emancipação intelectual e construção da formação transformadora para o educando e para o educador. Assim, assumir a perspectiva teórico-metodológica freiriana torna-se de extrema relevância no atual contexto político, por possibilitar ao oprimido condições de identificar a alienação das massas populares pelas narrativas, pelos meios de comunicação e pela sua relação com o mundo.

REFERÊNCIAS

- ALESSI, Gil. Indígenas isolados no Brasil entram em risco de extinção com avanço de projeto na Câmara. São Paulo: *El País*, 02 jul. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-07-02/indigenas-isolados-no-brasil-entram-em-risco-de-extincao-com-avanco-de-projeto-na-camara.html>. Acesso em: 15 jul. 2021.
- AMARAL, Nelson Cardoso. As Universidades Federais brasileiras sob ataque do Governo Bolsonaro. *Propuesta Educativa*, Buenos Aires, vol. 2, n. 52, p. 127-138, 2019.
- BOLSONARO, Jair. O Caminho da Prosperidade. Proposta de Plano de Governo. DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf. Acesso em: 17 jul. 2021.
- BRASIL. *Lei nº 12.612, de 13 de abril de 2012*. Declara o educador Paulo Freire Patrono da Educação Brasileira. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12612.htm. Acesso em: 21 jul. 2021.
- BRASIL. *Projeto de Lei nº 490 de 2017*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever a modalidade da educação domiciliar no âmbito da educação básica. Brasília, DF: Senado, 2017. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/131857>. Acesso em: 21 jul. 2021.
- COSTA, Ana Maria Morais; SANTOS, Simone Cabral Marinho dos; VALE, Elizabete Carlos do. 50 anos da Pedagogia do Oprimido: quem são os oprimidos hoje? *Olhar de Professor*, Ponta Grossa, v. 23, p. 1-15, 8 dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.5212/OlharProfr.v.23.2020.16699.209209229146.0820>.
- DAVIES, Nicholas. A política educacional nos governos do PT: continuidades ou descontinuidades em relação aos do PSDB? *Revista HISTEDBR On line*, Campinas, n. 67, p. 39-52, 2016. DOI: <https://doi.org/10.20396/rho.v16i67.8646087>.
- EXPURGAR. In: AULETE, Caldas. Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Delta, v. 5, 1980.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1987, p. 49.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 41. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GUERRERO, Miguel Escobar. *Sonhos e utopias: Ler Freire a partir da prática*. São Paulo: Liber Livro, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*, n.41, 2019.

KOHAN, Walter Omar. *Paulo Freire mais do que nunca: uma biografia filosófica*. Belo Horizonte: Vestígio, 2019.

LEITE, Vanessa Carneiro. *Educação problematizadora de Paulo Freire na perspectiva de licenciandos em Química*. Orientador: Márlon Herbert Flora Barbosa Soares. 2015. 256 f. Tese (Doutorado em Química) – Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2015.

SANCHES, Júlio César; MOISÉS, Raika Julie; SOUZA, Rhayller Peixoto da Costa. O Brasil não pode parar: racismo e desigualdade social na campanha publicitária do governo Bolsonaro. *Revista Brasileira de História da Mídia*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 96-113, 2020. DOI: <https://doi.org/10.26664/issn.2238-5126.92202011605>.

STRECK, Danilo Romeu; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (org.). *Dicionário Paulo Freire*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

ZITKOSKI, Jaime José. *Paulo Freire e educação*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

Vanessa Carneiro Leite

Possui doutorado em Química e mestrado em Ciências Biológicas, ambos pela Universidade Federal de Goiás. É graduada em Química, também pela Universidade Federal de Goiás. Atualmente é professora efetiva do Instituto Federal de Goiás; desenvolve projeto de pesquisa no campus Anápolis, tendo como tema “Educação Problematicadora de Paulo Freire no Ensino de Ciências”; coordena o grupo de pesquisa Laboratório de Estágio Supervisionado e Ensino de Ciências – LESENC.

vanessa.leite@ifg.edu.br